

- não previsão de prazo suplementar conferido às ME e EPP em caso de restrição na documentação referente à regularidade tributária.

- ausência de disposição no Edital dos endereços onde serão prestados os serviços

- ausência do regime de execução

Dessa forma, requer a concessão de liminar e consequente suspensão da licitação para devida correção do edital.

O relatório.

Em que pese as alegações da Representante, não é possível a concessão da liminar e determinar a paralisação do certame.

Nesta Corte existe o entendimento de que a determinação de paralisação de certames licitatórios, só é cabível quando constatada ilegalidade que prejudique a isonomia do certame ou capaz de determinar a eliminação de potencial concorrente.

A princípio, diante do prazo para análise das diversas impugnações, entendo que os elementos apresentados não me convencem da existência de clara afronta à legislação, pois envolve situação que regele ao procedimento sumário e excepcional previsto na legislação e que por esse motivo deve ser interpretada restritivamente, requerendo a devida prudência, sob pena de obstar a legitimas pretensões da Administração, e prejudicar, inclusive, o interesse público, conforme vasto repertório jurisprudencial firmado nesta Corte.

Assim sendo, indefiro o pedido e com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno, determino o arquivamento do presente expediente, ante, porém, transitando para ciência do Ministério Público de Contas.

Não obstante, deverá a Administração avaliar os questionamentos feitos, e se for o caso, adotar as providências cabíveis para cumprimento da legislação da jurisdição desta Corte. Alerto ainda, que a presente decisão não exime de verificar eventuais incongruências do edital e nem lhe aproveita por ocasião do julgamento ordinário da matéria.

Publique-se.

Proc.: 00017612.989.21-8.

Representante: NORDESTE COMUNICACAO LTDA (CNPJ 04.425.500/0001-75). Advogado: CLEBER SERAFIM DIAS (OAB/SP 136.518). REPRESENTADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS (CNPJ 49.811.037/0001-99). Assunto: Representação. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-02.

Vistos.

Análise representativa formulada por Noroeste Comunicação Ltda., que aponta algumas irregularidades no processo da licitação da Concorrencial 0001/2021, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade.

Fixo o prazo de 05 (cinco) dias, para que a Câmara Municipal de Guarulhos, para que tome conhecimento da Representação e apresente as justificativas que tiver em relação ao conteúdo da petição da Representante, bem como informe sobre o andamento da referida licitação.

Por oportuno, caso o contrato não tenha ainda sido assinado, determino que a Editalidade abstenha-se de apresentar o referido ato antes do exame da matéria por este Tribunal.

Publique-se.

Proc.: 00015473.989.21-8.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA (CNPJ 45.281.144/0001-00). CONTRATADO(A): CLINICA MAITTO S/S (CNPJ 09.040.473/0001-97). INTERESSADO(A): ANTONIO HELIO NICOLAI (CPF 932.225.218-91). VLADEN VIEIRA (CPF 975.855.808-00). Assunto: Acompanhamento de Execução Contratual (AEC), ref. ao contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itapira X Clínica Maitto S/S, cujo objeto é a prestação de serviços médicos para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no hospital Municipal de Itapira. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 15066.989.21-1.

Vistos.

Considerando o apontado pela Unidade Regional de Mogi Guaçu (evento 16), referente à execução contratual, aguardo que os responsáveis tomem conhecimento e adotem as providências necessárias, para que na próxima visita as ressalvas verificadas estejam regularizadas ou tenham justificativas que possam vir a ser aceitas.

Publique-se.

Proc.: 00015066.989.21-1.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA (CNPJ 45.281.144/0001-00). CONTRATADO(A): CLINICA MAITTO S/S (CNPJ 09.040.473/0001-97). INTERESSADO(A): ANTONIO HELIO NICOLAI (CPF 932.225.218-91). VLADEN VIEIRA (CPF 975.855.808-00). Assunto: Contrato n.º 022/2021, assinado 09/04/2021, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 006/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itapira X Clínica Maitto S/A, cujo objeto é a prestação de serviços médicos para a Unidade de Terapia (UTI) no Hospital Municipal de Itapira. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00015473.989.21-8.

Vistos.

Considerando o apontado pela Unidade Regional de Mogi Guaçu, UR-19 (evento 25), nos termos do artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar Estadual n.º 709/92, notifico a Prefeitura Municipal de Itapira, os responsáveis, Sr. Antônio Hélio Nicolai – Prefeito, Sr. Vladen Vieira – Secretário Municipal de Saúde, a Contratada, Clínica Maitto S/S, para que no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento tomem da manifestação do referido órgão técnico e apresentem, se desejarem, as alegações que entenderem necessárias na defesa de seus direitos, comprovando-as no que couber.

Publique-se e Notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 017/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tcesp.gov.br.

Proc.: 00003306.989.20-3.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA (CNPJ 46.352.746/0001-65). Advogado: FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / TIAGO JOSÉ LOPES (OAB/SP 258.323) / GUSTAVO LAMBERT DEL AGNOLI (OAB/SP 302.235). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00009677.989.20-4, 00014747.989.20-0.

Vistos.

Defero a prorrogação do prazo, requerida no Evento 73, por 15 (quinze) dias.

Publique-se.

Proc.: 00002809.989.20-5.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA (CNPJ 44.925.279/0001-90). INTERESSADO(A): JOSE DE CASTRO AGUIAR FILHO (CPF 121.415.238-36). Advogado: JOAO LUCAS TELLES (OAB/SP 168.447). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-18. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00014715.989.20-8.

Vistos.

Defero a prorrogação do prazo por 15 (quinze) dias.

Publique-se.

RECORRENTE: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPECEIRA DA SERRA (CNPJ 03.649.482/0001-01). Advogado: MANOEL BOMFIM DO CARMO NETO (OAB/SP 247.771). INTERESSADO(A): MARCIO ROBERTO PINTO DA SILVA (CPF 145.047.288-50). Advogado: ANDREIA MOREIRA MARTINS (OAB/SP 268.509) / KELEN CRISTINA DA SILVA (OAB/SP 298.824). Assunto: Recurso ordinário. Exercício: 2017. RECURSO(AÇÃO DO: 00006259.989.16-8.

Vistos.

Indefiro o pedido de retirada de pauta, uma vez que o processo já foi retirado anteriormente na sessão de 15/09/2021.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-000074/006/14 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Sertãozinho ENTIDADE CONVENIADA: Irmandade da Santa Casa de Sertãozinho (Irmandade de Misericórdia de Sertãozinho) Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000094/012/15 CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Registro CONVENIADA: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000122/004/15 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Vera Cruz ENTIDADE CONVENIADA: Assistência Social São Vicente de Paulo Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000493/008/17 CONTRATANTE: Secretaria do Estado de Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços ORGANIZAÇÃO SOCIAL: Fundação Padre Albino Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000513/010/16 ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Limeira ENTIDADE CONVENIADA: Sociedade Operária Humanitária Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000553/004/09 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ourinhos CONTRATADA: Consórcio Salento - Sangex (Salento Construção e Comércio Ltda. e Sangex Construções Ltda.) Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-001344/003/16 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Campinas ENTIDADE CONVENIADA: Campinas e Região Condições & Visitors Bureau Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-001690/026/16 CONVENIENTE: Secretaria de Turismo, Departamento de Apoio às Escolas - DADE CONVENIADA: Prefeitura Municipal de Guarujá Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-005589/026/19 CONVENIENTE: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU CONVENIADA: Prefeitura Municipal de Guapiraçu Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-006109/026/10 CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Transportes, Metropolitanos CONTRATADA: Consórcio IESA / CONSBER / SERVENG Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-007502/026/16 CONTRATANTE: Fundação Para o Bemestar Popular "Chopin Tavares de Lima" - FUNP CONTRATADA: Novartis Pharma Services Ag Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-008762/026/14 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guarulhos CONTRATADA: Arcos Propaganda Ltda. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012412/026/16 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guarulhos CONTRATADA: DA 8 Associados Publicidade Multicomunicação Ltda. EPP Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012503/026/16 CONVENIENTE: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU CONVENIADA: Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-020207/026/12 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cajamar CONTRATADA: Soebe Construção e Pavimentação Ltda. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-036133/026/15 ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Taboão da Serra CONVENIADA: SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-041861/026/15 CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Cultura ORGANIZAÇÃO SOCIAL: Abaçaí Cultura e Arte Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00001685.989.21-2 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOM VISTA PREFEITA MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA ADVOGADOS FILIPE DE

FREITAS RAMOS PRATES (OAB/SP 298.589) / RODRIGO ANTONIO DO PRADO (OAB/SP 351.459) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 7238.989.20-6 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Agosto/2021 (evento 130.5), cujo ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais n.º 13.979/20 e n.º 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.

PROCESSO: 00001865.989.21-4 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS ADVOGADOS: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136). PREFEITO: MARCOS BUZETTO ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO PRINCIPAL: 7142.989.20-1 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Agosto/2021 (evento 139.4), cujo ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais n.º 13.979/20 e n.º 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

PROCESSO: 00002284.989.21-7 INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARATINGA PREFEITA: ANA LUCIA BILARD SICHRELLE ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-14. PROCESSO PRINCIPAL: 6999.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Agosto/2021 (evento 123.3), cujo ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais n.º 13.979/20 e n.º 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.

PROCESSO: 00002286.989.21-5 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU PREFEITA: BÁRBARA MEDEIROS VILCHES ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-05. PROCESSO PRINCIPAL: 7234.989.20-6 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Agosto/2021 (evento 56.28), cujo ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais n.º 13.979/20 e n.º 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.

PROCESSO: 00003306.989.20-6 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI ADVOGADO: JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) INTERESSADOS: SEBASTIAO DE QUADROS NETO MIGUEL VIEIRA MACHADO NETO ADVOGADO: JOSE PEREIRA DE AGUIAR JUNIOR ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ S. SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00013619.989.20-5. Evento 91. Defiro o pedido, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório para providenciar.

Publique-se.

PROCESSO: 00003205.989.20-5 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUATUBA ADVOGADO: MARCIA PAVIA DE MEDEIROS PINTO (OAB/SP 125.455) INTERESSADO(A): JOSE PEREIRA DE AGUIAR JUNIOR ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ S. SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00013619.989.20-5. Evento 91. Defiro o pedido, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório para providenciar.

Publique-se.

PROCESSO: 00015585.989.21-3 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA (CNPJ 44.959.021/0001-04) ORGANIZ. SOCIAL: ORGANIZACAO SOCIAL PRO VIDA (CNPJ 10.995.737/0001-45) GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARUJA INTERESSADO(A): VALTER SUMAN (OAB/SP 168.276) / VIVIANE HUGO STRASSER CANASIRO (CPF 050.946.066-2) ASSUNTO: 3º TERMO ADITIVO AO Contrato de Gestão n.º 068/2020. Objeto: Implantação de central de triagem para atendimento dedicado ao Covid-19 e instalação de ala médica com 14 leitos para atendimento de urgência/emergência e isolamento. FINALIDADE: prorrogar a execução dos serviços por mais 05 (cinco) meses, a contar de 01/04/2021, com término em 01/09/2021, no valor de R\$ 6.647.141,80 (seis milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e cento e quarenta e um reais e oitenta centavos). EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-20. PROCESSO PRINCIPAL: 22871.989.20-8 Do notificado ciência aos interessados acima nomeados e recomendo que, se possível, adotem medidas para o saneamento das ocorrências constatadas. Este despacho não franqueia concessão de prazo ou abertura de contraditório, servindo como ALERTA de que as correções serão avaliadas durante o decurso do prazo de autos e que, no final, a instrução poderá ocorrer de ofício, caso que motivem a sua retomada, instados, os interessados terão oportunidade de apresentar as justificativas nos termos legais.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000129/004/13. RECORRENTE: Mauro Augusto Anequide de Macedo, ex-Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões de João de Mesquita. ADVOGADOS: Rônan Figueria Daun (OAB/SP n.º 150.425) e Diego Rafael Esteves Vasconcelos (OAB/SP n.º 290.219). ASSUNTO: Balanço Geral do Exercício de 2013 do Fundo de Aposentadoria e Pensões de João de Mesquita. EM EXAME: Recurso Ordinário (fls. 113/117) em face de f. Sentença proferida pelo E. Auditor Josué Romero, publicada por extrato no DOE de 9/9/20. Encerrada a instrução processual, autorizo vista e extração de cópias dos autos a serem efetuadas no Cartório deste Gabinete, observadas as formalidades legais e regulamentares, devendo o recorrente adotar as providências de agendamento junto ao Sistema próprio na dieta E. Corte de Contas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste despacho.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000139/003/12 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Atibaia CONTRATADA: Área Comunicação, Propa-

ganda e Marketing Ltda. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000470/006/14 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pitangueiras Contratada: Hold Comunicação e Serviços Ribeirão Preto Ltda. - EPP Objeto: Serviços de publicidade e marketing institucional. Considerando que estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20, acolhendo proposta da ATI, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo artigo 2º da mesma Resolução, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-0007270/026/14 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba CONTRATADA: Área Comunicação Propaganda e Marketing Ltda. Objeto: Prestação de serviços técnicos de publicidade institucional. Considerando que estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012443/026/14 CONTRATANTE: Universidade do Município de São Caetano do Sul CONTRATADA: Convênio Publicidade Ltda. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-014341/026/14 CONTRATANTE: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU CONTRATADA: Arcotel Engenharia, Construções e Locações Ltda. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-036144/026/14 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guarulhos Contratada: Instituto das Cidades, Valorização e Inclusão do Trabalhador e Assessoria Social - CIVITAS Objeto: Prestação de serviços profissionais para Agente de apoio à inclusão escolar dos educandos com deficiência e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), matriculados na Rede Municipal de Educação de Guarulhos, prioritariamente os que não realizam as atividades escolares, de alimentação, higiene e locomoção com autonomia e independência. Considerando que estes autos preenchem as condições previstas na Resolução n.º 03/20, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo artigo 2º da mencionada Resolução, a retomada da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: TC-019750.989.21-2 REPRESENTANTE: SPLICE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA. (CNPJ 06.965.293/0001-28) ADVOGADOS: SANDRA MARQUES BRITO (OAB/SP 113.818) / MARINA LIMA DO PRADO SCHARFF (OAB/SP 211.125) REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIÓGA (CNPJ 68.020.916/0001-47) ADVOGADO: ROBERTO ESTEVES MARTINS NOVAES (OAB/SP 63.061) ASSUNTO: Despacho de apreciação em face de representação formulada contra termos do edital do Pregão Presencial n.º 45/2021 - Retificado - D.LC, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Bertioga para tomar serviços de operação, manutenção e instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito e sistemas de gestão, atendimento e processamento de infrações. Splíce Indústria Comércio e Serviços Ltda. (empresária inscrita no CNPJ sob o nº 06.965.93/0001-28 e por suas advogadas constituídas, impugnou termos do edital do Pregão Presencial n.º 45/2021 - Retificado - D.LC, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Bertioga para tomar serviços de operação, manutenção e instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito e sistemas de gestão, atendimento e processamento de infrações. Em suma, afirmou que, embora reunisse experiência na execução da atividade, estaria impedida de participar do procedimento licitatório em virtude da existência de especificações técnicas dos equipamentos e supelédias que no caso das seguintes funcionalidades: "gravação de vídeo em sincronia com a imagem capturada", "possibilidade de sincronismo dos relógios através de GPS" e "módulo sistêmico de gestão de lançamento em divisa ativa". De outra parte, defendeu a paralisação do pregão para retificações "no tocante à ausência de informação sobre os itens que serão postos à Avaliação Técnica de Funcionalidades e Outras Exigências" (item VII - pg. 23 do edital), ou ainda face às inconsistências notadas no tocante aos itens "Localização de Módulo de Visão Noturna" (pg. 63 do edital) e "Monitor Eletrônico de Tráfego - MET" (pg. 70 do edital)", para os quais não haveria especificações nos Termos de Referência. Inicial formalmente em termos, devidamente acompanhada da documentação exigida no nosso Regimento Interno. No exame de edital publicado pela Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos para contratação dos serviços de monitoramento e fiscalização do tráfego de veículos, este E. Tribunal decidiu pela possibilidade da inclusão de módulos acessórios e pertinentes no objeto da avença, incluindo a escolha de lançamento de divisa ativa (cf. OT-015761.989.21-9, Exame Prévio, Sessão de 18/8/21, cm minha relatoria). Assim e de rigor, não está vedada a imposição de especificações para equipamentos e soluções envolvendo o controle do tráfego de veículos, cumprindo-se, assim, o requisito de edital em análise, a saber, de que a licitante não poderia classificar-se, se não demonstrasse o cumprimento das funcionalidades mínimas deverá ser de no mínimo 30 (trinta) dias da convocação (Item VII - Avaliação Técnica de Funcionalidades e Outras Exigências), razão pela qual essa condição não se mostra manifestamente desarrazoada. Adicional, insurgências dessa natureza se voltam contra aspectos relacionados à forma de adimplimento da futura obrigação, não me parecendo que este E. Tribunal possa substituir a escolha do Administrador, aqui exercida à vista do interesse público concretamente considerado. De outra parte e até mesmo em virtude da generalidade da alegação, não me convenceu da ocorrência de defeito reparável no Termo de Referência, ressaltando que incorreu texto convocatório ou dúvida de interpretação se resolvido no âmbito da própria Administração, mediante solicitação de esclarecimentos, se for o caso. Por derradeiro, ressalto que tanto o edital como os documentos de referência não contemplam a possibilidade de alteração na via ordinária, se selecionado o correspondente contrato na conformidade das instruções vigentes deste E. Tribunal. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão liminar do processo licitatório e nego o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital, determinando o arquivamento do processo. Ao Cartório para providências, notadamente para ciência do d. M.P.C. e intimações da representante e da representada.

Publique-se.

PROCESSO: TC-019823.989.21-5 REPRESENTANTE: DANILO GAIZOZO MACHADO 08467896639 REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do Edital do Pregão Eletrônico n.º 44/2021, destinado à contratação de "serviços de sistema de aprovação on-line, em atendimento a Secretaria de Habitação e Planejamento/Controle Urbano". Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Danilo Gaiozo Machado 08467896639 em face do Edital do Pregão Eletrônico n.º 44/2021, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Jandira visando à contratação de "serviços de sistema de aprovação on-line, em atendimento à Secretaria de Habitação e Planejamento/Controle Urbano". Os aspectos